

ok



1290000877



TCC/UNICAMP G182e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA



A ESTRUTURA OCUPACIONAL DA GRANDE SÃO PAULO
NA DÉCADA DE 80

Monografia apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP

Aluno: Roberto Nam: Garibe Filho
Orientador: Prof. Carlos Américo Pacheco
Banca: Prof. Geraldo Biasoto Junior

Dezembro de 1993 /

TCC/UNICAMP
G182e
IE/877

CEDOC/IE

Agradecimentos

Os meus agradecimentos, primeiramente, devem-se dirigir às pessoas que, direta ou indirectamente, influenciaram a minha escolha pela universidade. Entre elas, meu tio, homem comunista reformado, que mostrou que não havia muitas alternativas sem a universidade, aos meus pais, pelo apoio material e emocional e quem dedico tudo que tenho e conseguirei à namorada, pela paciência de me aturar nas horas que a coisa aperta.

Não posso deixar de registrar a influência de um grupo de pessoas tão heterogêneas, como foi a turma de 89 e agregados, que devido ao contraste de personalidades distintas, executou debates dos mais interessantes.

As pessoas que participaram de toda a movimentação política desses anos: FORA COLLOS, BOE, PT.

Ao orientador por ter acompanhado o ritmo acelerado do fim de semestre e por ter dispensado o seu tempo.

Ao pessoal do NESUR que suportou a minha ausência nos momentos finais do semestre.

Enfim aos diversos intercâmbios (esportivos, intelectuais, transcendentais) com o pessoal da USP, da Brown University, Yale, Oxford, entre muitos outros.

Introdução

O trabalho de monografia que se segue baseia-se na idéia de que a situação do emprego e da renda refletem de maneira particular o desempenho da economia. Uma análise atenta das transformações estruturais do emprego e da distribuição da renda permitem uma visualização dos ajustes e mudanças ocorridas na economia. Desta forma, tentarei fazer uma análise detalhada do ocorrido, no mercado de trabalho na grande São Paulo, na década de 80, período em que a economia brasileira apresenta uma reversão da trajetória de crescimento observada durante a década de 70, mergulhando num período de crise que dura até os dias atuais.

A análise das mudanças estruturais do emprego ocorridas no período leva em conta os principais vetores que as influenciaram, tais como: a reversão dos fluxos migratórios, a crise econômica e o rompimento do crescimento sustentável, o deslocamento da base produtiva e suas transformações na década de 80.

Ao final do trabalho pretendo ter demonstrado que a trajetória instável da economia nos anos 80 alterou a dinâmica do mercado de trabalho na Grande São Paulo, marcando o perfil da estrutura ocupacional, com a crescente deteriorização das condições de trabalho na década de 80.

CAPÍTULO I

O mercado de trabalho na Grande S. Paulo na década de 80

I. O mercado de trabalho na Grande S. Paulo e seus principais determinantes

A conjuntura de crise predominante na década de 80 e o corte na trajetória de crescimento econômico que representou este momento levaram a um processo de deterioração nas relações trabalhistas formais e à precarização das ocupações. Tal característica do comportamento do mercado de trabalho se deve ao rompimento de uma mecânica de absorção de novos trabalhadores, citada como "lógica da incorporação"¹, onde o crescimento rápido da economia cuidava em criar postos de trabalho capaz de absorver o contingente de trabalhadores jogados no mercado, tanto pelo crescimento vegetativo da PEA quanto pela migração de pessoas em idade ativa.

Foi o rompimento desta "lógica da incorporação" que travou os mecanismos de mobilidade social, como argumenta Vilmar Faria:

¹ Machado da Silva, Luís A., A desorganização do trabalho no Brasil urbano, in São Paulo em perspectiva, 4 (3/4):2-5, F. SEade, jul/dez 1990.

"Os elevados graus de incerteza que tomam conta do país, a intensa precarização do mundo do trabalho, a deterioração da renda real e o bloqueio nas expectativas de mobilidade social - fatores que atingem, inclusive, importantes segmentos da classe média e da classe média alta - têm deteriorado, objetivamente, a segurança de vastos setores sociais".²

A deficiência em se criar novos postos de trabalho capazes de absorver os novos contingentes de trabalhadores e a trajetória instável da economia nos anos 80 trouxeram para o mercado de trabalho um leque expressivo de formas de adaptação a este cenário, tal como "o desemprego aberto, trabalho precário, "informalidade", terciarização, redução dos direitos trabalhistas e queda real dos rendimentos" (Pacheco, 1992:5)

Devido à alternância entre recessão e retomada da economia e às diversas formas de adequação das empresas a esta conjuntura instável, torna-se difícil encontrar uma única tendência para o mercado de trabalho durante a década. Podemos, de uma forma abrangente, dizer que houve uma redução do emprego industrial e uma precarização das relações trabalhistas. O objetivo desta monografia é

² Faria, Vilmar, A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas, in Novos Estudos CEBRAP, n.33, julho de 1992, p.114.

justamente detalhar esse ajuste do mercado de trabalho analisando as transformações na estrutura ocupacional.

O texto se restringe à análise das transformações do emprego na Grande São Paulo durante a década de 80, recorrendo aos fatos acontecidos no restante do país quando tais acontecimentos se refletiram na dinâmica do emprego na Grande São Paulo ou como forma de situar as transformações na estrutura ocupacional.

Primeiramente, cabe destacar de forma geral os principais vetores das transformações do emprego no Estado de São Paulo, formando-se um quadro de referência para o melhor entendimento do ocorrido na região metropolitana. Tal procedimento se justifica não somente pelas referências fornecidas, mas pela própria influência que o desenvolvimento industrial do restante do estado provoca no comportamento do emprego da região metropolitana.

Um fator que deve ser analisado é o comportamento dos fluxos migratórios, por se tratar de um importante elemento de influência sobre o comportamento do mercado de trabalho. O censo de 1980 ressaltava a manutenção da atração migratória que era exercida pela região metropolitana de São Paulo, além da tendência ao esvaziamento do oeste do Estado de São Paulo. A partir disso, as projeções feitas para a década de 80 em diversos trabalhos apontavam para a

continuidade deste processo, com o aumento do peso da população da região metropolitana no total do Estado, que deveria crescer a taxas maiores que a média estadual; o esvaziamento das regiões do oeste do Estado e das pequenas cidades, e a tendência de uma migração interestadual de dimensões maiores do que realmente ocorreu. (NESUR, 1992)

O ocorrido, como indicam os números do censo de 1991, foi justamente o contrário, com a inversão da tendência de concentração populacional na metrópole paulistana e o crescimento das cidades pequenas e médias. O crescimento demográfico mais significativo foi verificado nos grandes aglomerados urbanos próximos da capital. O fenômeno de crescimento das cidades pequenas e médias e a diminuição de fluxos migratórios para capitais regionais foi observado em todas as regiões brasileiras.

A justificativa para tal comportamento, contrariando as projeções, está na subestimação dos efeitos do processo de interiorização da base produtiva, que se mostrou bem mais intenso do que se supunha, bem como nos efeitos da crise na década. A afirmação que se segue esclarece sobre as causas e consequências deste comportamento:

" No caso paulista, o processo de desconcentração espacial da atividade econômica, que já havia se iniciado na década anterior e os efeitos da crise econômica desta

década, marcaram a trajetória da economia urbana de São Paulo. A impossibilidade de reter fluxos migratórios elevados, em razão da crise social e dos ritmos lentos de crescimento do emprego metropolitano, possivelmente tenha incentivado tanto uma migração de retorno elevada, como uma interrupção nos fluxos de migrantes nacionais que se dirigiam para a cidade de São Paulo, ou ainda a redistribuição destes fluxos em direção ao interior do Estado e outras áreas do país."(NESUR,1992:12)

A interiorização da indústria paulista é um processo que se inicia com o redirecionamento de um conjunto de investimentos na segunda metade da década de 70, bem como por um conjunto de atrativos locacionais e incentivos que o interior passa a oferecer. A capital passa a perder posições frente às novas economias de aglomeração que se formam no interior paulista, onde as empresas encontram grandes vantagens, tais como: ausência de um sindicalismo forte e organizado; vastos terrenos que podem abrigar projetos de ampliação da planta produtiva a preços menores que na capital, onde a especulação imobiliária é mais intensa; além dos incentivos oferecidos pelo poder público local, como isenção de impostos municipais (IPTU e ISS) e doação de terrenos.

Podemos citar alguns fatores que influenciaram o redirecionamento dos fluxos de investimento para o interior, ligados a decisões de política econômica que incentivaram a desconcentração do desenvolvimento regional da capital: políticas de incentivo e subsídios às exportações, que dinamizou a agroindústria; a consolidação do Pró-Álcool; os investimentos do Governo Federal nos setores siderúrgico e de refinação de petróleo; a política ambiental e a forte resistência sindical na Região Metropolitana de São Paulo, além das deseconomias de aglomeração (Negri & Pacheco, 1993, p.21).

Os efeitos deste processo podem ser notados através da queda na participação da Grande São Paulo no VTI estadual, que declina de 74,7% para 56% no período 70/85. Este processo tem efeitos fundamentais sobre o emprego na região metropolitana de São Paulo, principalmente no setor industrial. Na sequência são analisadas as principais mudanças no mercado de trabalho.

Constata-se, a grosso modo, a queda do emprego industrial e conseqüente aumento das ocupações terciárias no total do emprego urbano. Os setores industriais que mais contribuíram para a queda na participação do emprego foram a indústria de transformação e a construção civil, enquanto os setores do terciário que mais contribuíram para o aumento

deste no total do emprego urbano foram a prestação de serviços e as atividades sociais.

Quanto ao terciário, dizer que esses ramos contribuíram mais para o crescimento do setor na participação do emprego não representa muito, porque existe uma heterogeneidade muito grande nestes ramos, que abrigam ocupações variadas do ponto de vista qualitativo e não apontam para uma possível caracterização da inserção dos trabalhadores aí empregados. Na tentativa de qualificar tal crescimento, utilizei a comparação dos dados da pesquisa domiciliar com a de estabelecimentos do comércio e dos serviços⁴ (Pacheco, 1992:22). Tal metodologia é contestável, mas é a única forma de avaliar o peso do setor não organizado da economia na constituição do terciário, pois "...os censos de estabelecimentos apreendem, grosso modo, o conjunto das atividades organizadas em moldes capitalistas. Em contrapartida, as pesquisas domiciliares cobrem todas as formas de relação de trabalho, qualquer que seja sua natureza." (Pacheco, 1992:21)

Na comparação dos dados, conclui-se que tanto o setor organizado como o não organizado aumentaram a sua

⁴ A comparação aqui utilizada foi feita no relatório de pesquisa do Prof. Carlos Américo Pacheco, sob o título: "Os aglomerados urbanos de São Paulo: as novas realidades demográficas e ocupacionais da urbanização paulista - (terciarização e precarização da estrutura ocupacional nos anos 80); convênio SP6/FECAMP.

participação, e que a "terciarização da estrutura de emprego na Grande São Paulo foi resultado quer do crescimento das atividades modernas, organizadas na forma de empresas e registradas pelos respectivos censos de estabelecimentos, como também foi consequência da expansão de atividades que estes censos não assinalam". (Pacheco, 1992:26)

Avaliando os números da década de forma global, temos a indicação de um quadro de deterioração do mercado de trabalho metropolitano: elevação do desemprego, do percentual de conta-próprias e dos empregados sem carteira assinada, com uma conseqüente queda do assalariamento com carteira.

A tendência apontada indica a importância do setor não organizado da economia no ajustamento do mercado de trabalho, que está diretamente ligada à deterioração das relações trabalhistas. O comportamento do emprego industrial tem importante influência sobre este quadro, na medida que abriga categorias de trabalhadores mais organizados capazes de impor o cumprimento da legislação trabalhista, bem como conquistas que tendem à melhorar suas condições de trabalho. Assim sendo, o setor industrial é responsável por uma forte influência na manutenção da qualidade das relações de trabalho, e a sua retração é causa direta da precarização destas, como a contratação sem registro em carteira e a

diminuição das relações de assalariamento.

Sob uma observação mais atenta, os dados que permitiram caminhar para as conclusões apontadas acima podem mostrar o convívio de setores modernos e atrasados, e um complexo emaranhado de relações mercantis, principalmente nos grandes centros urbanos, onde a concentração de renda possibilita a existência de inúmeros mecanismos de transferência de renda pessoal, aproveitando-se das "franjas" abertas por relações mercantis de subordinação.

Essas relações formam um quadro complexo, principalmente nas grandes cidades do terceiro mundo, onde as marcas da heterogeneidade tendem a se agravar. Esta tendência se deve a um processo verificado em todas as grandes cidades do mundo, que é a dependência do emprego das ocupações terciárias. Na região metropolitana de São Paulo podemos notar este processo, causado principalmente pelo deslocamento da base produtiva para o interior, fazendo com que o número de postos de trabalho na indústria diminuísse. A metrópole passa a concentrar os serviços financeiros e produtivos, bem como a parcela da indústria de pequeno e médio porte intensiva em capital. Com isso o perfil do emprego torna-se mais heterogêneo, devido à qualificação da mão-de-obra exigida pelo terciário moderno e pelas empresas com grande capacitação tecnológica que se concentram na

capital. Em contraponto, temos a evolução dos setores menos organizados do ponto de vista econômico, que abrigam a parcela dos trabalhadores menos qualificados, marginalizados pela incapacidade de atenderem aos requisitos de qualificação cada vez mais elevados exigidos pelo setor organizado da economia.

II. O comportamento do emprego no interior do Estado

Comparando o emprego no interior com a Grande São Paulo temos que, tanto no interior como na grande São Paulo, o pequeno crescimento do emprego formal desta década foi resultado do baixo crescimento da indústria de transformação, construção civil e do comércio, sendo os setores de serviços e administração pública os maiores responsáveis pelo pequeno crescimento observado. O índice do emprego no interior foi superior ao observado na Grande São Paulo em todos os setores de atividade, com exceção da construção civil (Facheco, 1992). Tal comportamento resultou no maior crescimento no total do emprego no interior, que se explica pelo menor crescimento da indústria de transformação e principalmente da administração pública na Grande São paulo, que apesar do crescimento esteve muito abaixo do observado no interior paulista.

O setor terciário é responsável pela manutenção de algum dinamismo no emprego em ambas as regiões, destacando-se a administração pública na Grande São Paulo, e o setor serviços e administração pública no interior. A afirmação pode ser ilustrada pela comparação do crescimento do emprego na indústria com o crescimento global. Enquanto na metrópole, entre 1980 e 1990, o emprego industrial decresceu à taxa média de -0,9% ao ano, o conjunto do emprego cresceu, em média, 0,3%. Para o interior as taxas são, respectivamente, 0,9% e 1,2% (Pacheco, 1992)

O melhor desempenho da indústria no interior se explica pela queda menor do emprego na recessão 1981/83 e na desaceleração pós 1986, comportamento atribuído à maturação dos investimentos realizados na segunda metade da década de 70 e ao desenvolvimento da agroindústria, particularmente, ao pró-álcool.

A partir de 1986, o emprego no interior passa a ter o mesmo comportamento da Grande São Paulo, devido ao esgotamento de parte dos investimentos responsáveis por aquele crescimento. Mas o que diferencia a estrutura de emprego entre as duas regiões é a heterogeneidade das ocupações na metrópole, "derivada dos mecanismos de transferência de renda que só são compatíveis com a dimensão

absoluta do mercado de trabalho da Grande São Paulo". (Pacheco, 1992:27)

III. O comportamento do emprego na Grande S. Paulo

Nesta parte apresentarei uma análise dos dados disponíveis sobre o ajustamento do mercado de trabalho na metrópole paulista nos anos 80. O sentido deste ajustamento referenda a influência dos principais vetores apontados anteriormente, tal como a interiorização do desenvolvimento, a crise econômica e o rompimento de uma trajetória de crescimento sustentável com a conseqüente queda na capacidade de gerar novos empregos.

Durante o período 1980-83 diminuiu o ritmo de crescimento da população residente na Grande São Paulo, que reflete o início do processo apontado como "desmetropolização relativa da distribuição populacional no Brasil"⁵ (Martine-1992), que se deve tanto à desconcentração da base produtiva, como a própria crise econômica, que afeta a capacidade dos grandes centros de reter fluxos migratórios. Além dessa diminuição, a PEA cresceu a um ritmo lento neste período, mas apesar disso a taxa de desemprego

⁵ Esta é uma afirmação polêmica, pois o menor crescimento das metrópoles não é verificado em todo o país, principalmente na região Nordeste.

saltou de 3,4% para 8,0%, demonstrando a intensidade da crise econômica.

Entre 1984-86 o crescimento do emprego foi bastante intenso, superando o aumento da PEA, que cresceu a um ritmo maior que o observado no período anterior, contribuindo para a redução do desemprego (CESIT, 1993, p.84). No período 1987-89 a atividade econômica oscilou e observa-se um nível de desemprego semelhante ao ano de 1979. Isso se explica pela consolidação da adaptação dos movimentos migratórios ao desempenho da economia: o ritmo de crescimento da população residente na região metropolitana de São Paulo diminuiu de 4,46% na década de 70 para 1,77% na de 80.

Houve um baixo crescimento populacional nas metrópoles, se compararmos com as projeções para a década. Isso se deve a diminuição das migrações campo-cidade, devido a um melhor desempenho da evolução das ocupações agrícolas⁶. O município de São Paulo teve saldos migratórios negativos, que reflete um acomodamento dos fluxos migratórios ao efeito da recessão sobre o emprego, além do melhor desempenho do interior que passa a atrair esses fluxos, resultando em uma redução das pressões por novos postos de trabalho. Podemos visualizar isso através dos índices de desemprego, onde o índice de

⁶ A diminuição da migração campo-cidade pressiona os saldos migratórios da Grande São Paulo de forma indireta, pois o caminho percorrido pelos migrantes que deixam o campo, passa por outros centros urbanos antes de atingir a capital. Dessa forma, a migração para São Paulo se caracteriza pelo recebimento de fluxos migratórios cidade-cidade.

1988/1989 é igual ao índice de 1980. Além da diminuição no ritmo do crescimento populacional, o desempenho favorável da economia a partir de 1984, também contribuiu para a diminuição do desemprego até 1989.

O nível de emprego na década de 80 cresceu 2,1% em média por ano contra 5,6% na década de 70. Não obstante, o crescimento do emprego na grande São Paulo foi expressivo na década de 80, destacando-se os seguintes ramos: atividades sociais, comércio de mercadorias, serviços auxiliares da atividade econômica e outras atividades. O ritmo de crescimento destas atividades foi de 3% ao ano na década de 80, superando a taxa de crescimento da PEA na região metropolitana de São Paulo, que aumentou 2,1% ao ano (CESIT, 1993).

A evolução do nível de emprego na Grande São Paulo mostra como o distinto desempenho da economia brasileira marcou o padrão setorial de oportunidades ocupacionais nesta metrópole (CESIT, 1993). A queda no ritmo de crescimento do emprego na indústria de transformação e construção civil apontam para uma nova dinâmica na absorção da PEA, pois estes setores foram os grandes responsáveis pela criação de novos postos de trabalho durante a década de 70 (42% do total dos novos postos de trabalho), período de crescimento notável da economia brasileira. A importância desses setores

na mudança da dinâmica de absorção no mercado de trabalho, se deve à forma como se adequam qualitativa e quantitativamente às pressões migratórias, absorvendo grande parcela de trabalhadores sem qualificação. A queda na participação destes dois setores está no cerne das principais alterações na estrutura do emprego.

Para melhor qualificar o comportamento setorial deve ser analisado as mudanças na estrutura de posições na ocupação (Ver tabela 1).

Na recessão 1981-83 o número de empregados com carteira diminuiu, acompanhado pelo aumento substancial de empregados sem carteira e com outras posições na ocupação. Apesar desse comportamento, desemprego alcança um índice elevado, apontando para o fato de que o ajustamento do mercado de trabalho através do aumento dos empregados sem carteira e em outras posições na ocupação não foi suficiente para fazer frente aos efeitos da recessão nesse período.

No período 1983-85, a recuperação da atividade econômica provocou um aumento no número de empregados com carteira de trabalho. Entretanto, o aumento verificado não foi capaz de fazer frente ao aumento da PEA e esteve abaixo da variação do número de desempregados. Assim sendo, uma parte da queda do desemprego e a parcela restante da PEA foram absorvidos pelo emprego sem carteira e por outras

posições na ocupação, que mantiveram a tendência de aumento na participação no total do emprego.

Essa tendência foi arrefecida no período seguinte, quando o aumento no número de empregados com carteira de trabalho foi maior que o da PEA, principalmente em 1986.

Mas analisando o conjunto da década de oitenta, o número de pessoas com outras posições na ocupação e principalmente o de empregados sem carteira de trabalho cresceram bem mais rápido que o de empregados com carteira de trabalho, sendo que, ao longo da década de 80, o emprego sem carteira respondeu por 26,2% das oportunidades ocupacionais adicionais criadas pelos ramos de atividade não agrícolas na Grande São Paulo (CESIT, 1993).

Os principais ramos responsáveis pelo aumento do emprego sem carteira de trabalho foram prestação de serviços, indústria de transformação e comércio de mercadorias. Contrariamente, os ramos atividades sociais, comércio de mercadorias, outras atividades, serviços auxiliares da atividade econômica ampliaram o emprego com carteira de trabalho e evitaram um pior desempenho desse tipo de ocupação na década, marcada pelo comportamento da indústria de transformação e da construção civil. Finalmente, a expansão do número de pessoas com outra posição na ocupação ocorreu principalmente em comércio de

mercadorias, prestação de serviços, indústria de transformação e atividades sociais.

Para fechar o quadro sobre o comportamento do emprego na Grande São Paulo, analisaremos os dados sobre a distribuição das pessoas ocupadas segundo o grau de organização da atividade econômica. Os dados são separados por emprego público, emprego assalariado com contrato de trabalho formalizado em empresas e o chamado emprego informal, que reúne um conjunto heterogêneo de situações ocupacionais, desde pequenos empregadores e empregados sem contrato de trabalho formalizado até trabalhadores sem remuneração e por conta própria.

A categoria que apresentou maior aumento na década foi a do emprego informal, que passou de 28,1% em 1979 para 32% em 1989 no total da ocupação não agrícola da região metropolitana de São Paulo. Enquanto que a participação do emprego com contrato de trabalho formalizado na empresa diminuiu de 61,9% para 56,5% no mesmo período. O emprego público aumentou de 10% para 11,5% entre 1979 e 1989.

Os números da década apontam para uma precarização das oportunidades ocupacionais, mostrado pelo aumento do chamado setor informal e, principalmente, pela rápida ampliação do emprego sem carteira de trabalho. A crise do início da década marcou a evolução posterior do mercado de trabalho.

que não tem seu perfil de deteriorização alterado com a recuperação no período 1984/87, o que apenas arrefece a tendência. A diminuição do número de empregos com contrato de trabalho formalizado nas empresa é um forte indício desta deteriorização do mercado de trabalho na grande São Paulo.

No início da década 80 houve uma redução do grau de formalização dos contratos em todas as metrópoles, devido a crise e a queda do emprego industrial, bem como uma elevação do peso do terciário. O aumento da participação do terciário se deve mais a queda do emprego na indústria do que a criação de postos de trabalho, podendo ser comprovado pelo aumento do desemprego.

Esta década representou um momento de ruptura no processo de estruturação do mercado de trabalho iniciado no pós-guerra, deixando claros indícios de uma deterioração das oportunidades ocupacionais nas áreas metropolitanas.

As conclusões apontam para uma polarização do mercado de trabalho, com trabalhadores que possuem estabilidade no emprego e melhores rendimentos e outros com um alto grau de rotatividade e baixa remuneração. Isso se deve, na Grande São Paulo, à diminuição do dinamismo da indústria em criar novos postos de trabalho, devido à crise e ao deslocamento

da base produtiva para o interior do Estado, com o conseqüente aumento da dependência do emprego das ocupações terciárias.

Essa polarização é impulsionada pela tentativa das empresas ajustarem-se às variações sazonais da economia, mantendo um mínimo de empregados estáveis com vínculos trabalhistas e contratando outros de acordo com o nível de atividade. Essa flexibilização das relações de trabalho foi o objetivo das empresas nesta década de constantes variações conjunturais. As conseqüências deste processo de ajustamento das empresas serão discutidas e enfatizadas nas partes subsequentes do trabalho.

TABELA 1

VARIACAO ABSOLUTA E RITMO DE CRESCIMENTO DO NUMERO DE PESSOAS
OCUPADAS EM ATIVIDADES NAU AGRICOLAS, POR POSICAO NA OCUPACAO,
NA REGIAO METROPOLITANA DE SAO PAULO

PERIODO ANUAL	1979 - 1983		1983 - 1985		1985 - 1989		1979 - 1989	
EMPREGADO COM CARTEIRA	-208553	(1.40)	325810	4.50	508134	3.20	625391	1.60
EMPREGADO SEM CARTEIRA	176853	7.10	171779	11.00	-29596	(0.80)	319036	4.60
OUTRAS POSICOES NA OCUPACAO	114310	3.10	84288	4.10	76449	1.70	275047	2.70
TOTAL	67779	0.30	588836	5.40	559744	2.30	1216359	2.10
PESSOAS DESEMPREGADAS	275591	25.90	-125279	(14.80)	-108358	(9.50)	41954	2.10
PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVA	343370	1.60	463557	4.00	451386	1.80	1258313	2.10

Fonte: IBGE - Censos de 80 e 91; PNAD's (anos citados)

TABELA 2

MUDANÇAS NO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS,
POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, ENTRE 1979 E 1989, NA RMSP

RAMOS EM QUE O NÚMERO DE EMPREGADOS
COM CARTEIRA DE TRABALHO AUMENTOU

COMÉRCIO DE MERCADORIAS	127,104
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	73,101
SERVIÇOS AUXILIARES DA ATIV.ECON.	74,478
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	60,134
ATIVIDADES SOCIAIS	198,819
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19,762
OUTRAS ATIVIDADES	86,207
SUBTOTAL	639,605

RAMOS EM QUE O NÚMERO DE EMPREGADOS
COM CARTEIRA DE TRABALHO DIMINUIU

IND. DE TRANSFORMAÇÃO	(101)
CONSTRUÇÃO CIVIL	(13,594)
OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	(519)
SUBTOTAL	(14,214)

RAMOS EM QUE O NÚMERO DE EMPREGADOS
SEM CARTEIRA DE TRABALHO AUMENTOU

IND. DE TRANSFORMAÇÃO	87,356
CONSTRUÇÃO CIVIL	24,812
COMÉRCIO DE MERCADORIAS	44,971
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	106,813
SERVIÇOS AUXILIARES DA ATIV.ECON.	18,116
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	10,582
ATIVIDADES SOCIAIS	15,491
OUTRAS ATIVIDADES	15,965
SUBTOTAL	324,106

RAMOS EM QUE O NÚMERO DE EMPREGADOS
SEM CARTEIRA DE TRABALHO AUMENTOU

OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS	(5,070)
SUBTOTAL	(5,070)

RAMOS EM QUE O NÚMERO DE PESSOAS COM
OUTRA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO AUMENTOU

IND. DE TRANSFORMAÇÃO	45,275
CONSTRUÇÃO CIVIL	17,662
COMÉRCIO DE MERCADORIAS	83,814
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	80,100
SERVIÇOS AUXILIARES DA ATIV.ECON.	20,455
ATIVIDADES SOCIAIS	35,854
SUBTOTAL	283,160

RAMOS EM QUE O NÚMERO DE PESSOAS COM
OUTRA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO AUMENTOU

TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	(1,120)
OUTRAS ATIVIDADES	(6,993)
SUBTOTAL	(8,113)

Capítulo II

As transformações produtivas na década de 80

A primeira parte do trabalho mostrou as principais modificações na estrutura ocupacional que, em termos gerais podem ser resumidos nos seguintes pontos: queda do emprego industrial, aumento do peso do setor terciário na composição do emprego e precarização das relações de trabalho, com queda do número de empregados com carteira e acesso aos benefícios sociais previstos em lei. Estas tendências estão, em parte, intimamente ligadas ao processo de reestruturação das indústrias frente a crise, forçando-as a reduzir seus custos e aumentar a produtividade.

Muitas empresas introduziram novas formas de organização produtiva e, em alguns casos, avanços tecnológicos. Estas novas formas de organização produtiva buscam conseguir uma maior "flexibilização", com a externalização de atividades produtivas e terceirização de serviços, tendendo a formar estruturas produtivas organizadas em rede. As empresas que iniciaram tal processo conseguiram enxugar um número significativo de postos de trabalho, inclusive devido a diminuição de níveis hierárquicos na administração.

A reestruturação produtiva pressiona o nível de emprego em várias frentes: primeiro, diretamente pela diminuição do emprego na indústria com as novas formas de organização produtiva e incorporação de avanços tecnológicos; segundo, as empresas que passam a realizar os trabalhos externalizados, obtêm ganhos de escala, pois prestam o mesmo serviço para várias empresas e têm grande especialização, obtendo uma maior produtividade. Desta forma, o conjunto das empresas que prestam esses serviços não criam um número de postos de trabalho que faça frente às dispensas das empresas que deixaram de realizá-los, repercutindo no nível de emprego.

Esta parte procura detalhar esse processo, passando pelos impactos deste no mercado de trabalho e seus estímulos no crescimento do setor terciário.

I. O esgotamento do padrão fordista

No final da década de 60 e início dos 70, a indústria mundial começa a dar respostas aos sinais de esgotamento do padrão "fordista". Tem início neste período, um conjunto de transformações técnicas na produção que, à medida em que se acumulam e se consolidam, exigem mudanças nas formas de

produzir, administrar e distribuir a produção, conseqüentemente, alterando o relacionamento entre fornecedores, clientes e concorrentes, assim como nas relações de trabalho. Estas transformações evidenciam a passagem para um novo padrão industrial e de desenvolvimento.

Algumas das características dessa fase posterior à crise do padrão fordista podem ser enumeradas. Essas incluem: "uma nova base tecnológica conduzindo a uma nova divisão do trabalho, caracterizada por uma divisão nítida entre trabalhadores qualificados e não qualificados, e a uma "marginalização e fragmentação social massiva das condições de trabalho e das relações salariais"; industrialização dos serviços, estendendo assim esta nova divisão do trabalho a todos os setores do capital; um desatrelamento da correspondência fordista entre a remuneração dos trabalhadores e os aumentos de produtividade, mudando assim a relação fundamental entre trabalhadores e capitalistas e alterando também as necessidades de regulamentação desta nova fase, na direção de uma escala reduzida e parcialmente privatizada de intervenção governamental; finalmente uma "pluralização de estilos de vida" em função de mudanças na força de trabalho sob as novas condições e refletindo as disparidades gritantes entre a opulência e os trabalhadores pobres, a maior incerteza no emprego, e as diferenças extremas nos níveis de consumo."(Gottdiener, 1990,p. 69)

Quanto à dinâmica desta nova fase do processo produtivo, outros elementos se apresentam para a sua determinação, tais como: "o intenso ritmo das mudanças tecnológicas que acelera a obsolescência técnica de equipamentos, processos e produtos; as crescentes flutuações dos mercados; a diluição de suas fronteiras e o aumento das condições de incerteza e de risco em que devem ser tomadas as decisões dos agentes econômicos"¹. Desta forma, todas as medidas que privilegiem a flexibilidade e agilidade frente às dificuldades colocadas, tanto relacionado com a forma de produzir como as relações de trabalho, passam a constar na pauta de reestruturação das empresas.

As empresas procuram então redefinir sua atuação, determinando claramente o "foco" de atuação, concentrando sob sua administração etapas produtivas que estejam dentro da chamada "vocação" da empresa. Deste modo, são privilegiadas medidas que minimizem os riscos e que compartilhem os custos de investimento. A integração com outras empresas se enquadra nesta redefinição, podendo ser utilizado como parâmetro para medir o direcionamento de uma economia ao novo padrão: quanto maior e mais consolidada a integração, maior será a proximidade com o novo padrão.

A terceirização aparece como opção para as empresas se restringirem a sua "vocação" produtiva. A empresa passa para

¹ Extraído do relatório de pesquisa: "Cooperação interempresas e difusão das inovações organizacionais" (SOUZA, 1992, p.3).

outras a administração de serviços e de etapas da produção, que antes eram realizadas por ela mesma. Estes serviços podem contar com total liberdade da empresa contratada ou operar sob o comando total da contratante, que fornece todas as especificações e exigências, tais como: concepção, desenho e especificações do produto e processos. A relação entre as empresas não se resume a estes extremos, mas ocupa, geralmente, um espaço intermediário com grandes variações.

Com isto as empresas passam a administrar contratos com fornecedores, retirando do seu leque de atribuições o investimento em alguns setores. Assim, diminui-se riscos, devido a imobilização de capital em prédios, maquinário, mão-de-obra, etc, e custos, pois estes serviços passam a ser realizados por empresas com maior especialização e conseqüentemente com menor preço.

II. A adaptação da indústria brasileira

No Brasil, a questão da terceirização se coloca no momento de maior exposição do mercado interno à concorrência internacional. As empresas nacionais passam a ter contato com o chamado "capitalismo organizado", onde existem

relações cooperativas e participativas entre as empresas. Com a "desverticalização integrada", pequenas unidades produtivas se ajustam harmonicamente com grandes, possibilitando uma grande flexibilidade administrativa e agilidade para se adaptar às novas transformações produtivas. Com isso, estas empresas conseguem maior diversificação e qualidade nos produtos, impondo às empresas brasileiras uma intensa competitividade.

A exposição da economia Brasileira internalizou as incertezas do mercado competitivo mundial, que impõe a necessidade de fazer frente a um padrão de qualidade globalizado. A associação com terceiros surge como forma de compartilhar os riscos advindos deste cenário, compondo com outras empresas elos produtivos estáveis e especializados.

O cenário de crise e o aumento do grau de exposição da economia brasileira forçou a indústria nacional a procurar estratégias para a redução de seus custos, que explica a concentração no tempo da corrida a terceirização. Desta forma, as empresas conseguem eliminar alguns custos fixos, transformando-os em variáveis, isto é, perfeitamente adaptados às variações conjunturais da demanda.

Este processo vem de encontro com a lógica de rentabilidade das empresas na recessão, principalmente em economias inflacionárias. As dificuldades de venda e conseqüente aumento de custos fazem as empresas procurarem

mecanismos de transformação do capital imobilizado em máquinas, prédios, mão-de-obra, etc, em capital monetário, passível de aplicação no mercado financeiro.

A reestruturação se dá no contexto da crise dos anos 80, onde as empresas, na tentativa de reduzir seus custos remodelaram suas linhas e plantas produtivas e externalizaram um conjunto vasto de atividades, estimulando o setor terciário².

Estes dois processos são importantes para entender a redução significativa no nível do emprego industrial. Podemos situar dois momentos deste ajustamento: o início e o fim da década. No início, devido a elevação dos salários reais e do baixo custo de dispensa, o volume do emprego reduziu-se substancialmente. Ao final da década, em função do aumento do custo de dispensa promovido pela nova constituição e da queda do salário real, a resposta inicial das empresas foi ajustar o número de horas trabalhadas.

A continuidade da crise levou as empresas, no final de 1990, a aumentar significativamente o volume das dispensas, atingindo os níveis da recessão de 1981/83. Esta segunda etapa do ajuste pode ser ilustrada no acompanhamento dos índices médios de produtividade calculados a partir dos

² Devido ao caráter recente deste fenômeno existem poucas pesquisas que estudam esses efeitos, tornando difícil uma avaliação precisa. Mas apesar disto não há dúvidas de que este processo contribuiu para a expansão do setor terciário, pois atividades que hoje se enquadram nele faziam parte do setor industrial.

dados da FIM/IBGE. Em 1990 a produtividade média da indústria foi de -3,7%, enquanto em 1991 foi extremamente elevada, atingindo 10,8%.

A persistência do cenário de crise estimulou as empresas a flexibilizarem ao máximo o mercado de trabalho que, dado o aumento do custo de dispensa, intensificou a externalização de atividades produtivas e, principalmente, serviços de apoio.

Este processo é identificado como uma "terceirização à Brasileira", pois na maioria das vezes se restringiu a serviços de apoio (limpeza, manutenção, transportes, segurança, etc.), tornando flexível as relações de trabalho. O trecho abaixo explicita a questão:

"Se é verdade que um processo de cooperação interempresarial vai timidamente se construindo, é preciso ser realista e concluir que em termos de modernização efetiva os resultados são precários e esta cooperação pode não se consolidar de forma ampla. Isto porque os baixos investimentos realizados no país, e a existência de uma cultura empresarial fortemente marcada pelo imediatismo dos lucros elevados, e pela constante desvalorização do trabalho e do trabalhador, se refletem nos resultados sócio-econômicos que a chamada "terceirização à brasileira" vem apresentando". (Negri & Pacheco, 1992)

A afirmação coloca a questão de que esta

tendência, no caso brasileiro, está menos ligada ao movimento de modernização do que à estratégia de um ajuste imediato no sentido de reduzir custos.

Tal estratégia tem causado impactos qualitativos no perfil do mercado de trabalho. A indústria é o locus onde as relações de trabalho são mais formais, pois a atividade sindical neste setor é mais organizada, sendo mais fácil fiscalizar se os contratos de trabalho estão sendo cumpridos e se a legislação trabalhista está sendo respeitada. Com a terceirização, uma parte dos postos de trabalho saem do âmbito administrativo da indústria e passam para o setor de serviços.

As empresas prestadoras de serviços contratam trabalhadores temporários, aumentando a rotatividade da mão-de-obra. Estes trabalhadores, quando são registrados, têm seus contratos submetidos a lei que regulamenta o trabalho temporário, tendo seus benefícios reduzidos quando comparados ao previsto na CLT. Além disso, a rotatividade dos trabalhadores impede sua organização tornando-os mais expostos aos abusos patronais, como o não pagamento de horas extras, ambiente de trabalho precário, entre outros.

Assim sendo, o deslocamento destes postos de trabalho para o setor terciário reduz a ação organizada dos trabalhadores, dificultando a extensão das conquistas dos setores onde esta ação é mais forte, fazendo com que este processo contribua para o quadro de precarização das

relações trabalhistas observada durante a última década.

Este enfraquecimento da ação organizada dos trabalhadores também se dá sobre as organizações de trabalhadores com tradição de lutas, pois ocorre um dispersamento dos trabalhadores que antes se encontravam em maior número no mesmo local de trabalho, além de diminuir o número de trabalhadores pertencentes a categorias importantes do movimento sindical, distribuindo-os em várias categorias.

Não podemos afirmar que estas consequências fazem parte que estas consequências fazem parte dos objetivos de todas as empresas ao iniciar um processo de externalização de serviços, mas, intencionais ou não, isto ocorre e para muitas empresas este é um motivo de alívio. É sabido que nos países centrais, como na Itália, as pressões sindicais foram determinantes para impulsionar a terceirização, fazendo com que fosse dada preferência por setores da produção intensivos em trabalho.

Cabe lembrar que a forte organização sindical encontrada na Grande São Paulo, principalmente na região do ABC, foi um dos fatores que influenciaram as decisões locacionais dos projetos de expansão das principais empresas, que optam por localidades onde esta ação é mais fraca, além de procurarem distanciar suas linhas de produção.

Capítulo III

As transformações na estrutura ocupacional na Grande São Paulo

Neste capítulo pretendo discorrer sobre o ocorrido na estrutura ocupacional na década de 80, tendo em vista a instabilidade da atividade econômica prevalente nesta década que, devido a alternância entre recessão nos primeiros anos, retomada do crescimento entre 1984 e 1986 e novamente recessão, marcou de maneira singular a evolução do emprego na Grande São Paulo. Para isso, farei uma comparação entre a estrutura ocupacional na década de 70 e na de 80, através dos dados disponíveis dos censos de 1970 e 1980, e das PNADS de 1981 e 1990, que foram organizados seguindo uma tipologia desenvolvida para a compatibilização dos dados sobre o emprego dos censos de 1970 e 1980.¹

¹ Essa tipologia e compatibilização foi desenvolvida por Carlos Américo Pacheco, professor e pesquisador do Instituto de Economia da UNICAMP. Para uma análise mais detalhada desta compatibilização ver o terceiro relatório parcial, vol. 2 - Estrutura Ocupacional, in: "explosão urbana regional e demandas sociais no Estado de São Paulo: 1970-1985", nov. 1987, mimeo.

I. Antecedentes

A ruptura, na década de 80, do padrão de crescimento que vigorou na década de 70, contrapõe de maneira muito clara as principais consequências para o emprego. Esse padrão caracteriza-se por altas taxas de investimento e pela criação de postos de trabalho que incorporava grandes contingentes de trabalhadores. O comportamento do investimento conferiu uma grande estabilidade para a economia na década de 70, contrariamente à década de 80, que viu reduzir o horizonte de cálculo das decisões capitalistas devido à grande instabilidade predominante neste período. Na tentativa de se adaptar aos problemas colocados por esta conjuntura instável, as empresas procuraram rearticular suas funções produtivas, reduzindo seus custos e "focalizando" sua produção através da externalização de serviços produtivos e de apoio. Este foi um processo de ajuste que ocorreu durante toda a década de 80, concentrando-se no final quando pôde ser notado com maior intensidade.

Esta busca por uma maior adaptabilidade das empresas a conjuntura de crise foi um determinante importante para o comportamento do emprego, como já foi discutido no capítulo anterior. Mas a principal causa está no próprio rompimento da trajetória de crescimento, que faz cessar a dinâmica de incorporação de novos trabalhadores devido à retração do emprego. Este processo, conhecido como "lógica da

incorporação", era responsável pela vertiginosa mobilidade social observada na década de 70, que lhe conferia uma caracterização da estrutura ocupacional, qual seja, a predominância do emprego industrial e a formalização dos contratos de trabalho.

Como visto nos capítulos anteriores, os determinantes citados acima (a ruptura do padrão de crescimento e a consequente adaptação a nova conjuntura de instabilidade e o rompimento da "lógica da incorporação") são apenas alguns dos vetores que atuam sobre a estrutura ocupacional. Mas podemos dizer que tais determinantes formam o pano de fundo sobre o qual os outros atuaram, como a reversão dos fluxos migratórios e o deslocamento da base produtiva para o interior do Estado de São Paulo.

Retomando às principais conclusões sobre a atuação desses determinantes sobre o comportamento do emprego na Grande São Paulo na década de 80, temos: redução da formalização das relações de trabalho (diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada e dos assalariados); polarização do mercado de trabalho, com trabalhadores que possuem estabilidade no emprego e melhores rendimentos e outros com um alto grau de rotatividade e baixa remuneração; aumento do número de desocupados, e precarização das relações de trabalho.

Esse comportamento do emprego na Grande São Paulo esteve, de forma variada, relacionado com os determinantes apontados. Mas de uma forma geral, as principais

consequências para o emprego advém do comportamento do setor industrial na década de 80, seja pela perda de dinamismo causada pela crise, ou pelo deslocamento da base produtiva para o interior do Estado. A interiorização está diretamente ligada ao aspecto da polarização no mercado de trabalho devido a crescente dependência do emprego das ocupações terciárias, que tende a abrigar ocupações variadas do ponto de vista qualitativo.

Outro aspecto que fecha os contornos da caracterização do comportamento do emprego na Grande São Paulo é o processo de concentração de renda observado na década de 80. Neste período constata-se a exacerbação deste processo através de vários mecanismos, como a queda da participação do salário na renda que não conseguiu ao longo da década manter seu valor real. Para isso, a crise econômica e o processo inflacionário contribuíram decisivamente, através do desemprego e da não inserção de grande parte da população aos mecanismos de indexação da renda.

O processo de concentração da renda sanciona uma grande heterogeneidade nos níveis de consumo, com demandas diferenciadas por serviços e produtos. Esse é um importante aspecto na caracterização do setor terciário, que passa a abrigar serviços especializados e diferenciados para atender as parcelas da população que se apropriam de uma grande parte da renda, e outra parte distinta deste setor que abriga os trabalhadores marginalizados do mercado de

trabalho, e que encontram as mais variadas formas de se apropriarem de "franjas" da renda.

Na sequência será apresentada uma análise dos dados das transformações na estrutura ocupacionais, que permitirá visualizar suas principais mudanças em duas décadas com características praticamente opostas.

II. Comparação da estrutura ocupacional entre a década de 70 e 80.

A partir dos dados tabulados do censo de 1970 e 1980 e da PNAI de 1981 e 1990 é possível referendar as tendências apresentadas sobre o mercado de trabalho na Grande São Paulo.

Na comparação do crescimento do emprego entre a década de 80 e 70, o aspecto que ressalta é a perda de dinamismo na criação de novos postos de trabalho - todos os grupos ocupacionais tiveram taxas de crescimento menores no período 1981/90, destacando-se as ocupações da indústria.

Contrariamente à década de 70, as ocupações de classe média perderam dinamismo na década de 80, com a taxa de crescimento das ocupações não-manuais qualificadas caindo a quase um terço quando comparadas as duas décadas. Ressalta-se a importância deste grupo, pois seu crescimento

vertiginoso na década (maior taxa de crescimento entre os grupos ocupacionais) era responsável pela mobilidade ascendente das oportunidades ocupacionais e pela mobilidade social característica daquele período, movimento este rompido com a perda de dinamismo na criação de novos postos de trabalho e que põe fim a chamada "lógica da incorporação".

As grandes taxas de crescimento do emprego na década de 70 foram responsáveis pelo aumento de formalização do mercado de trabalho no período, através da incorporação crescente de novos trabalhadores aos setores organizados da economia. Neste período o bom desempenho da indústria de transformação e da construção civil tratavam de absorver os trabalhadores jogados no mercado pelos fluxos migratórios, que naquele momento apresentavam grande dinamismo.

Desta forma, a parcela menos qualificada dos trabalhadores encontravam espaço para se inserir no circuito formal do mercado de trabalho. Daí a importância deste setores na contenção da deteriorização das relações de trabalho, pois a perda de dinamismo destes expõe rapidamente uma parcela grande de trabalhadores sem condições de se inserir no mercado de trabalho através do emprego formal.

Como dito anteriormente, o desempenho da indústria está intimamente ligado à manutenção da formalização das relações de trabalho. Analisando os números das duas décadas notamos a perda de dinamismo deste setor, com a taxa de crescimento decaindo de 74,5% no total da década de 70 para 10,35% na de

80. A participação no crescimento do emprego passa de 26,95% para 10,07% na década de 80, que ressalta os efeitos negativos da contração da atividade econômica no conjunto da década sobre este setor. No grupo ocupações da indústria todos os subgrupos têm sua participação menor no crescimento ou mesmo queda do número absoluto de trabalhadores, com exceção dos mestres e contramestres, que representam a parcela mais qualificada do emprego neste grupo. Essa constatação ressalta o movimento das empresas no sentido de reestruturar suas funções produtivas, enxugando postos de trabalho que exigem menor qualificação, seja através da externalização de serviços produtivos ou de apoio, ou através da incorporação de progresso técnico, onde os trabalhadores com melhor conhecimento da totalidade do processo produtivo e que sejam capazes de desempenhar várias funções são valorizados neste processo de enxugamento dos postos de trabalho². Portanto, o fraco desempenho do setor industrial pode ser considerado um forte determinante para a redução do número de trabalhadores com carteira e pela deteriorização das condições de trabalho.

O desempenho do grupo ocupações não-manuais qualificadas nos permite inferir sobre um outro aspecto das transformações no mercado de trabalho. Apesar da queda nas taxas de crescimento o grupo mantém a participação na

² Este processo se faz sentir com maior peso no fim da década de 80 e primeiros anos de 90, quando as demissões ocorrem em massa. Neste período as empresas procuraram manter nos seus quadros os trabalhadores mais qualificados, pois, no caso de uma retomada da atividade econômica, estes trabalhadores são mais difíceis de serem recontratados.

evolução do emprego (14,5%), isso se deve à manutenção na participação do crescimento do subgrupo administradores, gerentes e chefes (8,3%). Esse comportamento pode ser explicado pelo aumento do número de pessoas que, por ter uma certa qualificação e não ter trabalho, montam seu próprio negócio. Essa afirmação pode ser comprovada pelo aumento da participação do grupo proprietários no crescimento do emprego e pelo aumento dos trabalhadores por conta própria.

Quanto as ocupações não-manuais de menor qualificação nota-se a queda das taxas de crescimento e da participação do grupo na criação de novos postos de trabalho. O desempenho não foi pior devido ao crescimento dos lojistas e caixas e de outras ocupações do comércio, que representam aproximadamente 10% dos 20,20% da participação do grupo no crescimento do emprego na década de 80, enquanto na década de 70 representava somente 6,1% da participação de 21,57%. O desempenho desfavorável deste grupo se deve ao comportamento do emprego entre os auxiliares de escritório, secretárias e datilografos que participava com 10,78% do crescimento do emprego na década de 70 e caiu para 0,42% na década de 80.

Esse desempenho reforça a constatação da mudança na dinâmica de absorção de novos trabalhadores, por se tratar de ocupações típicas de classe média, que no seu conjunto (observado também o grupo de ocupações não-manuais qualificados) apresentam um baixo crescimento, diferentemente da década de 70 quando tais grupos eram

responsáveis pela incorporação ascendente de novos trabalhadores. Esta diferença entre ocupações típicas de classe média, com menor crescimento das ocupações de menor qualificação, salienta que a "polarização da estrutura de emprego deu-se também no interior das ocupações não-manuais.

Cabe agora analisar o desempenho das ocupações do setor terciário. O grupo ocupações manuais de menor qualificação abriga a maior parte da ocupação deste setor. Com exceção do grupo proprietários - que manteve uma taxa significativa de crescimento em relação à década de 70 - as ocupações manuais de menor qualificação tiveram a menor queda da taxa de crescimento, que lhe auferiu um ganho na participação relativa no total do emprego, e aumentou sua participação no crescimento deste na década de 80, passando de 23,42% na década de 70 para 29,29%, apesar da queda em números absolutos do emprego doméstico remunerado que possuía um grande peso na década de 70.

Fora isso, todas as ocupações deste grupo tiveram aumento na participação no crescimento do emprego. As principais ocupações que contribuíram para este aumento foram: motoristas, ocupação da reparação de veículos, garçons e cozinheiros, e porteiro, ascensoristas, vigias e serventes. Essas ocupações, coincidentemente, fazem parte dos serviços de apoio externalizados pelas empresas, que pode ser verificada pela pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicas (DIEESE) sobre a terceirização. Na sua pesquisa

nacional, o DIEESE levantou informações de 40 empresas onde já havia alguma atividade terceirizada de diversos setores, predominando na amostra o setor industrial localizado na região sudeste (Pesquisa DIEESE, 1993, p.17). A pesquisa apresenta os seguintes resultados quanto aos serviços terceirizados:

- Faxina e limpeza: 62,5%
- Segurança e portaria: 47,5%
- Transporte: 40%
- manutenção: 40%
- Projetos e engenharia: 15%

Através dos dados da pesquisa, apesar dos problemas relativos a amostra, podemos projetar tal comportamento para a totalidade da indústria. Essa projeção confirma a qualificação feita no capítulo anterior sobre a reestruturação produtiva no Brasil, chamando-a de "terceirização à Brasileira", pois a maior parte das atividades externalizadas são serviços de apoio, refletindo o objetivo das empresas em alcançar uma maior flexibilização na contratação de mão-de-obra e, conseqüentemente, de custos. Isso qualifica a idéia de que tal processo esteja intimamente ligado a uma reestruturação produtiva e tecnológica, e reafirma o interesse imediato na redução de custos na adaptação a uma conjuntura instável e recessiva.

Nas ainda analisando o comportamento do terciário, segundo os dados apresentados, o setor passa a receber uma

parte dos postos de trabalho que anteriormente se encontravam no setor industrial, devido ao processo de terceirização citados. Com isso, o setor obtém a menor variação no decréscimo da participação dos vários grupos entre a década de 70 e 80 e consegue aumentar sua participação relativa no total do emprego e no crescimento dos postos de trabalho.

O aumento da participação deste setor é um tanto problemático, pois ele abriga ocupações bastante heterogêneas do ponto de vista qualitativo, isto é, convivem internamente ocupações que exigem elevada qualificação e que participam dos circuitos formais da economia e outros de baixa qualificação (e nem sempre de baixa remuneração) que não se enquadram nos setores organizados da economia. Por isso, os dados apresentados nem sempre permitem que se visualize com clareza os problemas advindos do seu crescimento. No tratamento da questão no primeiro capítulo, chega-se a conclusão de que tanto o setor organizado quanto o não organizado influenciaram a dinâmica do emprego na década de 80 (Pacheco, 1992, p.22). Quanto a este ponto o que deve ser ressaltado é a heterogeneidade das ocupações aí abrigadas, pois o cerne da polarização do mercado de

3 A partir dos dados das PNADs de 1981 e 1990 elaborei uma tabulação que levava em conta as ocupações passíveis de serem terceirizadas. Os resultados apontam para o seguinte: vigias, garçons e cozinheiros, faxineiros e serviços de reparação, têm queda na participação do emprego industrial e aumento no setor de serviços, com queda no salário médio real em relação ao salário na indústria. Os resultados, apesar de não serem significativos e levando-se em conta os problemas relativos a coleta de dados da PNAD, apontam uma tendência futura de retração dessas ocupações na indústria.

trabalho e sua evolução passa pelo entendimento da dinâmica interna do terciário.

Esta heterogeneidade se deve a função desempenhada por este setor na região que concentra a maior parte da riqueza nacional. Esta situação reproduz no espaço urbano da Grande São Paulo toda a contradição verificada num país que possui um dos modelos mais concentradores de renda. A cidade abriga os serviços mais especializados, que atendem todo o mercado nacional, ao mesmo tempo que cria espaço para a reprodução de segmentos marginalizados do mercado de trabalho. É esta a função desempenhada pelo terciário que modela seu perfil de heterogeneidade. Por isso é correto afirmar sobre a crescente tendência a polarização do mercado de trabalho no contexto da crescente dependência do emprego deste setor.

TABELA 1

	VALORES ABSOLUTOS					
	CENSO 70	CENSO 80	1981		PNAD	
			OCUPADOS	RENDA	OCUPADOS	RENDA
PO I PROPRIETARIOS	160,604	275,724	301,739	120,540.64	476,250	103,501.8
PO II OCUPACOES NAO-MANUAIS QUALIFICADAS	233,608	550,307	575,001		783,901	
a) Administradores, gerentes e chefes	91,475	274,474	282,871	155,802.84	403,071	97,197.1
b) Ocupacoes tecnicas, scientificas						
1. engenheiros e arquitetos	14,550	30,924	37,012	258,354.39	42,623	136,875.2
2. medicos, dent. e enfermeiros dipl.	14,105	27,394	36,640	171,743.69	44,476	111,729.5
3. Professores secundarios e superiores	16,924	33,332	40,037	85,069.00	70,422	63,804.7
4. Economistas e contadores	39,123	76,639	74,545	99,344.26	95,432	67,461.5
5. Outras ocup. tecn. e scientificas	57,351	105,544	103,836	131,232.04	127,877	95,835.8
PO III OCUPACOES NAO-MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	600,190	1,072,612	1,146,772		1,437,166	
a) Trabalhadores de escritorio e funcoes burocraticas						
1. Auxiliares de escritorio, sect. e datilografos	273,293	509,117	536,002	48,361.05	542,075	30,267.8
2. Ocupacoes burocr. de natureza espec.	22,980	54,879	95,168	87,165.26	157,512	50,851.9
b) Trabalhadores auxiliares funcoes tecnicas (nivel medio)						
1. Ocupacoes auxiliares da engenharia e arq.	15,722	36,731	34,874	108,831.08	43,549	73,723.4
2. Ocupacoes aux. da area de saude	26,393	54,132	50,544	40,355.90	69,502	31,067.0
c) Lojistas e caixas						
1. Lojistas e caixas	140,991	240,933	252,066	30,817.04	359,526	27,364.3
2. Outras ocup. de comercio	60,382	94,593	111,323	115,762.11	140,254	65,475.0
d) Professores primarios e inspetores de ensino	52,429	74,227	66,796	51,296.53	116,751	37,222.2
PO IV OCUPACOES DA INDUSTRIA	850,612	1,484,115	1,398,902		1,543,735	
a) Mestres e contramestres	18,553	46,496	36,229	110,974.04	63,009	62,485.4
b) ocupacoes manuais da industria de transp.						
1. Torneiros mecanicos	33,961	50,926	51,542	56,018.81	55,596	37,199.0
2. mecanicos sem especializac	83,365	131,362	122,133	69,030.71	131,576	42,199.27
3. Ocupacoes da ind. metal-mecanica	42,511	129,746	135,649	51,599.49	134,364	32,118.29
4. Ocupacoes da ind. textil	67,325	66,300	65,743	33,156.50	64,866	18,500.05
5. Alfaiates e costureiros	86,367	157,606	194,023	23,782.14	214,048	16,913.35
6. Outras ocup. da ind. de vest. e calçados	23,316	24,820	39,860	25,078.16	37,992	24,622.90
7. marceneiros e carpinteiros	51,651	73,029	76,237	40,923.66	73,204	25,560.27
8. Eletricistas e radio tecnicos	42,540	94,735	107,736	50,939.77	116,746	32,553.40
9. Expedidores e embaladores	27,415	51,549	60,320	26,922.00	74,132	14,927.10
10. outras ocup. da ind. de transp.	106,910	249,310	186,316	41,950.06	202,004	28,607.03
11. Oper. de maquinas (exceto constr. civil)	33,673	85,891	24,292	44,933.38	35,215	30,997.6
c) Ocupacoes manuais da construcao civil						
1. Pedreiros	89,765	149,567	146,454	37,207.70	180,682	29,639.19
2. Serventes de pedreiros	65,405	74,667	65,139	22,509.99	71,343	14,065.10
3. Outros trabalhadores da construcao civil	57,843	90,097	85,229	45,907.98	80,937	39,175.74
PO V OCUPACOES MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	807,472	1,319,959	1,388,495		1,609,670	
a) Emprego domestico remunerado	270,337	346,437	326,065	14,326.64	310,426	12,175.31
b) Outros trabalhadores urbanos						
1. Vendedores de jornais e ambulantes	60,092	93,232	139,490	38,141.26	155,669	27,967.86

TABELA 1

	VALDRES ABSOLUTOS				PNAD	
	CENSO 70	CENSO 80	1981 OCUPADOS	RENDÁ	OCUPADOS	1990 RENDÁ
2. Motoristas	126,777	215,160	191,891	50,433.99	288,161	46,069.00
3. Outras ocup. dos transp. e comunicacões	33,146	59,907	66,015	50,260.84	84,324	33,223.91
4. Ocup. da reparacão de veiculos	55,199	80,015	85,670	47,825.03	119,525	32,628.56
5. Garçons e cozinheiros	30,583	104,930	108,651	27,754.41	184,396	17,504.87
6. Ocup. nos serviços de higiene pessoal	37,928	51,495	76,758	20,949.33	97,299	18,364.27
7. Porteiros, ascensoristas, vigias e serv.	135,699	285,746	303,564	16,349.07	455,893	17,972.42
8. Trabalhadores braçais sem especificacão	57,711	83,034	96,391	24,682.25	113,977	16,352.75
VI OCUP. DA DEFESA E SEG. NACIONAL E SEG. PÚBLICA	40,749	42,261	41,930	56,522.20	39,840	57,622.02
VII OCUPACÖES DO PRIMÁRIO	59,600	34,725	23,176	-	25,951	-
Tratoristas e técnicos agrícolas	1,625	916	-	-	927	25,000.00
Outros trab. do setor prim.	57,975	33,815	23,176	33,454.44	25,024	21,454.93
VIII OCUPACÖES NÃO CLASSIFICADAS	353,222	514,881	337,373	47,297.24	534,668	29,660.60
TOTAL	3,106,057	5,294,564	5,213,381	-	6,651,192	-

CENSO 1970 e 1980; PNAD 1981 e 1990

TABELA 2

		PARTICIPACAO NO TOTAL (%)			
		CENSO 74	CENSO 84	PNAD 81	PNAD 94
GRUPO I	PROPRIETARIOS	5.17	5.21	5.75	7.14
GRUPO II	Ocupacoes nao-manuais qualificadas	7.52	10.39	11.03	11.79
a)	Administradores, gerentes e chefes	2.95	5.16	5.43	6.06
b)	Ocupacoes tecnicas, scientificas				
1.	engenheiros e arquitetos	0.47	0.56	0.71	0.64
2.	medicos, dent. e enfermeiros dipl.	0.45	0.52	0.74	0.67
3.	Professores secundarios e superiores	0.54	0.60	0.77	1.06
4.	Economistas e contadores	1.26	1.49	1.43	1.40
5.	Outras ocup. tecn. e scientificas	1.85	1.99	1.99	1.92
GRUPO III	Ocupacoes nao-manuais de menor qualificacao	19.32	26.22	22.24	21.61
a)	Trabalhadores de escritorio e funcoes burocraticas				
1.	Auxiliares de escritorio, sect. e datilografos	0.80	9.62	10.28	8.15
2.	Ocupacoes burocr. de natureza espec.	0.74	1.04	1.80	2.37
b)	Trabalhadores auxiliares funcoes tecnicas (nivel medio)				
1.	Ocupacoes auxiliares da engenharia e arq.	0.51	0.69	0.67	0.65
2.	Ocupacoes aux. da area de saude	0.85	1.02	0.97	1.04
c)	Lojistas e caixas				
1.	Lojistas e caixas	4.54	4.70	4.83	5.41
2.	Outras ocup. do comercio	2.24	1.79	2.14	2.25
d)	Professores primarios e inspetores de ensino	1.69	1.40	1.26	1.76
GRUPO IV	Ocupacoes da industria	27.39	28.03	26.83	23.21
a)	Mestres e contra mestres	0.60	0.86	0.69	0.95
b)	Ocupacoes manuais da industria de transp.				
1.	Torneiros mecanicos	1.09	1.11	0.99	0.84
2.	Mecanicos sem especializacao	2.68	2.42	2.34	1.98
3.	Ocupacoes da ind. metal-mecanica	2.01	2.43	2.60	2.02
4.	Ocupacoes da ind. textil	2.17	1.25	1.26	0.96
5.	Alfaiates e costureiros	2.78	2.92	3.72	3.22
6.	Outras ocup. da ind. de vest. e calçados	0.75	0.47	0.76	0.57
7.	Marceneiros e carpinteiros	1.66	1.35	1.50	1.10
8.	Eletricistas e radio tecnicos	1.37	1.79	2.07	1.76
9.	Expedidores e embaladores	0.88	0.97	1.16	1.11
10.	Outras ocup. da ind. de transp.	3.44	4.71	3.57	3.04
11.	Oper. de maquinas (exceto constr. civil)	1.08	1.62	0.47	0.53
c)	Ocupacoes manuais da construcao civil				
1.	Pedreiros	2.89	2.82	2.81	2.72
2.	Serventes de pedreiros	2.11	1.41	1.25	1.07
3.	Outros trabalhadores da construcao civil	1.86	1.70	1.63	1.34
GRUPO V	Ocupacoes manuais de menor qualificacao	26.02	24.93	26.63	27.21
a)	Emprego domestico remunerado	8.70	6.54	6.25	4.67
b)	Outros trabalhadores urbanos				
1.	Vendedores de jornais e ambulantes	1.93	1.76	2.68	2.34

TABELA 2

	PARTICIPACAO NO TOTAL (%)			
	CENSO 70	CENSO 80	PNAD 81	PNAD 90
2. Motoristas	4.00	4.00	3.60	4.33
3. Outras ocup. dos transp. e comunicacoes	1.07	1.13	1.27	1.27
4. Ocup. da reparacao de veiculos	1.70	1.51	1.64	1.80
5. Barcoas e cizinheiros	0.96	1.98	2.00	2.77
6. Ocup. nos servicos de higiene pessoal	1.22	0.97	1.30	1.40
7. Porteiros, ascensoristas, vigias e serv.	4.37	5.40	5.82	6.85
8. Trabalhadores braçais sem especificacao	1.80	1.57	1.85	1.71
GRUPO VI OCUP. DA DEFESA E SEG. NACIONAL E SEG. PUBLICA	1.31	0.80	0.80	0.60
GRUPO VII OCUPACOES DO PRIMARIO	1.92	0.60	0.44	0.37
a) Tratoristas e tecnicos agricolas	0.05	0.02	-	0.01
b) Outros trab. do setor prim.	1.87	0.64	0.44	0.36
GRUPO VIII OCUPACOES NAO CLASSIFICADAS	11.37	9.72	6.47	8.04
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: CENSO 1970 e 1980; PNAD 1981 e 1990

TABELA 3

PARTICIPACAO NO CRESCIMENTO

		NUMERO DE OCUPADOS	
		CENSO 80/79	PNAD 90/8
GRUPO I	PROPRIETARIOS	5.26	12.14
GRUPO II	OCUPACOES NAO-MANUAIS QUALIFICADAS	14.47	14.55
a)	Administradores, gerentes e chefes	8.36	8.36
b)	Ocupacoes tecnicas, scientificas		
	1. engenheiros e arquitetos	0.75	0.39
	2. medicos, dent. e enfermeiros dipl.	0.64	0.54
	3. Professores secundarios e superiores	0.75	2.11
	4. Economistas e contadores	1.81	1.45
	5. Outras ocup. tecn. e scientificas	2.20	1.67
GRUPO III	OCUPACOES NAO-MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	21.55	20.26
a)	Trabalhadores de escritorio e funcoes burocraticas		
	1. Auxiliares de escritorio, sect. e datilografos	10.75	0.45
	2. Ocupacoes burocr. de natureza espec.	1.46	4.34
b)	Trabalhadores auxiliares funcoes tecnicas (nivel medio)		
	1. Ocupacoes auxiliares da engenharia e arq.	0.96	6.66
	2. Ocupacoes aux. da area de saude	1.27	1.32
c)	Lojistas e caixas		
	1. Lojistas e caixas	4.93	7.47
	2. Outras ocup. do comercio	1.20	2.57
d)	Professores primarios e inspetores de ensino	1.06	3.47
GRUPO IV	OCUPACOES DA INDUSTRIA	28.95	16.07
a)	Mestres e contramestres	1.28	1.06
b)	ocupacoes manuais da industria de transf.		
	1. Torneiros mecanicos	1.14	0.28
	2. Mecanicos sem especializacao	2.19	0.64
	3. Ocupacoes da ind. metal-mecanica	3.07	(0.09)
	4. Ocupacoes da ind. textil	(0.05)	(0.06)
	5. Alfaiates e costureiros	3.26	1.39
	6. Outras ocup. da ind. de vest. e calçados	0.07	(0.13)
	7. Marceneiros e carpinteiros	0.98	(0.35)
	8. Eletricistas e radio tecnicos	2.38	0.63
	9. Expedidores e embaladores	1.18	0.96
	10. outras ocup. da ind. de transf.	6.51	1.09
	11. Oper. de maquinas (exceto constr. civil)	2.39	0.76
c)	Ocupacoes manuais da construcao civil		
	1. Pedreiros	2.73	2.38
	2. Serventes de pedreiros	0.42	0.43
	3. Outros trabalhadores da construcao civil	1.47	0.26
GRUPO V	OCUPACOES MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	23.42	29.25
a)	Emprego domestico remunerado	3.48	(1.09)
b)	Outros trabalhadores urbanos		
	1. Vendedores de jornais e ambulantes	1.51	1.13

TABELA 3

PARTICIPACAO NO CRESCIMENTO

NUMERO DE OCUPADOS

	CENSO 86/76	PNAD 90/8
2. Motoristas	4.04	6.76
3. Outras ocup. dos transp. e comunicacoes	1.22	1.27
4. Ocup. da reparacao de veiculos	1.13	2.35
5. Garcons e cozinheiros	3.46	5.27
6. Ocup. nos servicos de higiene pessoal	0.62	1.85
7. Porteiros, ascensoristas, vigias e serv.	6.86	10.59
8. Trabalhadores braçais sem especificacao	1.16	1.22
GRUPO VI OCUP. DA DEFESA E SEG. NACIONAL E SEG. PUBLICA	6.07	(6.15)
GRUPO VII OCUPACOES DO PRIMARIO	(1.14)	0.19
a) Tratoristas e tecnicos agricolas	(0.03)	0.06
b) Outros trab. do setor prim.	(1.10)	0.13
GRUPO VIII OCUPACOES NAO CLASSIFICADAS	7.35	13.72
	100.00	100.00

Fonte: CENSO 1976 e 1986; PNAD 1981 e 1996

TABELA 4

TAXA DE CRESCIMENTO

NUMERO DE OCUPADOS

	CENSO 80/70	PNAD 90/6
GRUPO I PROPRIETARIOS	71.68	57.84
GRUPO II OCUPACOES NAO-MANUAIS QUALIFICADAS	135.57	36.33
a) Administradores, gerentes e chefes	200.05	42.49
b) Ocupacoes tecnicas, cientificas		
1. engenheiros e arquitetos	112.54	15.16
2. medicos, dent. e enfermeiros dipl.	93.12	21.36
3. Professores secundarios e superiores	96.95	75.68
4. Economistas e contadores	101.00	28.02
5. Outras ocup. tecn. e cientificas	84.03	23.15
GRUPO III OCUPACOES NAO-MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	78.71	25.32
a) Trabalhadores de escritorio e funcoes burocraticas		
1. Auxiliares de escritorio, sect. e datilografos	86.25	1.13
2. Ocupacoes burocr. de natureza espec	138.81	65.51
b) Trabalhadores auxiliares funcoes tecnicas (nivel medio)		
1. Ocupacoes auxiliares da engenharia e arq.	133.63	24.67
2. Ocupacoes aux. da area de saude	105.10	37.51
c) Lojistas e caixas		
1. Lojistas e caixas	76.52	42.63
2. Outras ocup. do comercio	38.33	33.17
d) Professores primarios e inspetores de ensino	41.58	74.79
GRUPO IV OCUPACOES DA INDUSTRIA	74.48	10.35
a) Mestres e contra-mestres	150.61	73.92
b) ocupacoes manuais da industria de transf.		
1. Torneiros mecanicos	73.51	7.87
2. Mecanicos sem especializacao	57.57	7.73
3. Ocupacoes da ind. metal-mecanica	107.56	(0.95)
4. Ocupacoes da ind. textil	(1.52)	(1.33)
5. Alfaiates e costureiros	62.49	10.32
6. Outras ocup. da ind. de vest. e calçados	6.48	(4.68)
7. Marceneiros e carpinteiros	41.39	(6.43)
8. Eletricistas e radio tecnicos	122.65	8.36
9. Expedidores e embaladores	38.03	22.90
10. outras ocup. da ind. de transf.	133.20	8.42
11. Oper. de maquinas (exceto constr. civil)	155.07	44.97
c) Ocupacoes manuais da construcao civil		
1. Pedreiros	66.62	23.37
2. Serventes de pedreiros	14.16	9.52
3. Outros trabalhadores da construcao civil	55.76	4.37
GRUPO V OCUPACOES MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	63.47	30.35
a) Emprego domestico remunerado	28.15	(4.80)
b) Outros trabalhadores urbanos		
1. Vendedores de jornais e ambulantes	55.13	11.60

TABELA 4

TAXA DE CRESCIMENTO

NUMERO DE OCUPADOS

	CENSO 80/70	PNAD 90/8
2. Motoristas	69.72	50.17
3. Outras ocup. dos transp. e comunicacoes	80.74	27.73
4. Ocup. da reparacao de veiculos	44.96	39.52
5. Garcons e cozinheiros	243.11	69.71
6. Ocup. nos servicos de higiene pessoal	35.77	37.51
7. Porteiros, ascensoristas, vigias e serv.	110.57	50.16
8. Trabalhadores braçais sem especificacao	43.88	18.23
GRUPO VI OCUP. DA DEFESA E SEG. NACIONAL E SEG. PUBLICA	3.71	(4.98)
GRUPO VII OCUPACOES DO PRIMARIO	(41.74)	12.06
a) Tratoristas e tecnicos agricolas	(44.00)	-
b) Outros trab. do setor prim.	(41.67)	8.00
GRUPO VIII OCUPACOES NAO CLASSIFICADAS	45.77	56.42
	431.63	225.67

Fonte: CENSO 1970 e 1980; PNAD 1981 e 1990

TABELA 1

	VALORES ABSOLUTOS					
	CENSO 70	CENSO 80	1981		PNAD	
			OCUPADOS	RENDA	OCUPADOS	RENDA
I PROPRIETARIOS	160,604	275,724	301,739	120,540.64	476,258	103,501.86
II OCUPACOES NAO-MANUAIS QUALIFICADAS	233,608	550,307	575,001		783,901	
Administradores, gerentes e chefes	91,475	274,474	282,871	155,802.84	403,071	97,197.13
Ocupacoes tecnicas, scientificas						
1. engenheiros e arquitetos	14,550	30,924	37,012	258,354.39	42,623	136,875.25
2. medicos, dent. e enfermeiros dipl.	14,185	27,394	36,648	171,743.69	44,476	111,729.59
3. Professores secundarios e superiores	16,924	33,332	40,067	85,069.80	70,422	63,884.73
4. Economistas e contadores	39,123	78,639	74,545	99,344.26	95,432	67,461.57
5. Outras ocup. tecn. e scientificas	57,351	105,544	103,838	131,232.04	127,877	95,835.81
III OCUPACOES NAO-MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	600,190	1,072,612	1,146,772		1,437,169	
Trabalhadores de escritorio e funcoes burocraticas						
1. Auxiliares de escritorio, sect. e datilografos	273,293	509,117	536,002	48,361.05	542,075	30,287.84
2. Ocupacoes burocr. de natureza espec.	22,980	54,879	95,168	87,165.26	157,512	50,851.94
Trabalhadores auxiliares funcoes tecnicas (nivel medio)						
1. Ocupacoes auxiliares da engenharia e arq.	15,722	36,731	34,874	100,831.00	43,549	73,723.44
2. Ocupacoes aux. da area de saude	26,393	54,132	50,544	40,355.96	69,502	31,067.04
Lojistas e caixas						
1. Lojistas e caixas	140,991	248,933	252,066	38,817.84	359,526	27,364.33
2. Outras ocup. do comercio	68,382	94,593	111,323	115,762.11	148,254	65,475.01
Professores primarios e inspetores de ensino	52,429	74,227	66,796	51,296.53	116,751	37,222.23
IV OCUPACOES DA INDUSTRIA	850,612	1,404,115	1,398,902		1,543,735	
Mestres e contra mestres	18,553	46,496	36,229	118,974.04	63,009	62,485.41
Ocupacoes manuais da industria de transf.						
1. Torneiros mecanicos	33,961	58,926	51,542	56,018.81	55,596	37,199.01
2. Mecanicos sem especializacao	83,365	131,362	122,133	69,030.71	131,576	42,199.27
3. Ocupacoes da ind. metal-mecanica	62,511	129,746	135,649	51,599.49	134,364	32,118.29
4. Ocupacoes da ind. textil	67,329	66,306	65,743	33,150.50	64,866	18,500.05
5. Alfaiates e costureiros	86,367	157,608	194,023	23,782.14	214,048	16,913.35
6. Outras ocup. da ind. de vest. e calçados	23,316	24,826	39,860	25,078.16	37,992	24,622.96
7. Marceneiros e carpinteiros	51,651	73,029	78,237	40,923.66	73,204	25,580.27
8. Eletricistas e radio tecnicos	42,548	94,735	107,736	50,939.77	116,746	32,553.42
9. Expedidores e embaladores	27,415	51,549	60,320	26,922.00	74,132	14,927.10
10. outras ocup. da ind. de transf.	106,910	249,310	186,316	41,950.06	202,024	28,697.02
11. Oper. de maquinas (exceto constr. civil)	33,673	85,891	24,292	44,933.38	35,215	30,997.84
Ocupacoes manuais da construcao civil						
1. Pedreiros	89,765	149,567	146,454	37,207.70	180,682	29,639.19
2. Serventes de pedreiros	65,405	74,667	65,139	22,509.99	71,343	14,065.16
3. Outros trabalhadores da construcao civil	57,843	90,097	85,229	45,907.98	86,957	39,175.74
V OCUPACOES MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	807,472	1,319,959	1,388,495		1,809,670	
Emprego domestico remunerado	270,337	346,437	326,065	14,326.64	310,426	12,175.31
Outros trabalhadores urbanos						
1. Vendedores de jornais e ambulantes	60,092	93,232	139,490	38,141.26	155,669	27,967.86

TABELA :

	VALORES ABSOLUTOS					
	CENSO 70	CENSO 80	1981		1990	
			OCUPADOS	RENDA	OCUPADOS	RENDA
2 Motoristas	126,777	215,160	191,891	50,433.99	288,161	46,089.88
3 Outras ocup. dos transp. e comunicacoes	33,146	59,907	66,015	50,260.84	84,324	33,223.91
4. Ocup. da reparacao de veiculos	55,199	80,015	85,670	47,825.03	119,525	32,620.56
5. Garcons e czinheiros	30,583	104,933	100,651	27,754.41	184,396	19,504.87
6. Ocup. nos servicos de higiene pessoal	37,928	51,495	70,758	20,949.33	97,299	18,364.27
7. Porteiros, ascensoristas, vigias e serv.	135,699	205,746	303,564	16,349.07	455,893	17,972.42
8. Trabalhadores braçais sem especificacao	57,711	83,034	96,391	24,682.25	113,977	16,352.75
D VI OCUP. DA DEFESA E SEG. NACIONAL E SEG. PUBLICA	40,749	42,261	41,930	56,522.20	39,840	57,622.82
D VII OCUPACOES DO PRIMARIO	59,600	34,725	23,170		25,951	
) Tratoristas e tecnicos agricolas	1,625	910	-	-	927	25,000.00
) Outros trab. do setor prim.	57,975	33,815	23,170	33,454.44	25,024	21,454.93
D VIII OCUPACOES NAO CLASSIFICADAS	353,222	514,881	337,373	47,297.24	534,668	29,660.66
TOTAL	3,106,057	5,294,584	5,213,381		6,651,192	

e: CENSO 1970 e 1980; PNAD 1981 e 1990

TABELA 2

		PARTICIPACAO NO TOTAL (%)			
		CENSO 70	CENSO 80	PNAD 81	PNAD 90
GRUPO I	PROPRIETARIOS	5.17	5.21	5.79	7.16
GRUPO II	OCUPACOES NAO-MANUAIS QUALIFICADAS	7.52	10.39	11.03	11.79
a)	Administradores, gerentes e chefes	2.95	5.18	5.43	6.06
b)	Ocupacoes tecnicas, scientificas				
1.	engenheiros e arquitetos	0.47	0.58	0.71	0.64
2.	medicos, dent. e enfermeiros dipl.	0.46	0.52	0.76	0.67
3.	Professores secundarios e superiores	0.54	0.63	0.77	1.06
4.	Economistas e contadores	1.26	1.49	1.43	1.43
5.	Outras ocup. tecn. e scientificas	1.85	1.99	1.99	1.92
GRUPO III	OCUPACOES NAO-MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	19.32	20.26	22.00	21.61
a)	Trabalhadores de escritorio e funcoes burocraticas				
1.	Auxiliares de escritorio, sect. e datilografos	8.80	9.62	10.28	8.15
2.	Ocupacoes burocr. de natureza espec.	0.74	1.04	1.83	2.37
b)	Trabalhadores auxiliares funcoes tecnicas (nivel medio)				
1.	Ocupacoes auxiliares da engenharia e arq.	0.51	0.69	0.67	0.65
2.	Ocupacoes aux. da area de saude	0.85	1.02	0.97	1.04
c)	Lojistas e caixas				
1.	Lojistas e caixas	4.54	4.70	4.82	5.41
2.	Outras ocup. do comercio	2.20	1.79	2.14	2.23
d)	Professores primarios e inspetores de ensino	1.69	1.40	1.28	1.76
GRUPO IV	OCUPACOES DA INDUSTRIA	27.39	28.03	26.83	23.21
a)	Mestres e contramestres	0.60	0.88	0.69	0.95
b)	ocupacoes manuais da industria de transf.				
1.	Torneiros mecanicos	1.09	1.11	0.99	0.84
2.	Mecanicos sem especializacao	2.68	2.48	2.34	1.98
3.	Ocupacoes da ind. metal-mecanica	2.01	2.45	2.60	2.02
4.	Ocupacoes da ind. textil	2.17	1.25	1.26	0.98
5.	Alfaiates e costureiros	2.78	2.98	3.72	3.22
6.	Outras ocup. da ind. de vest. e calçados	0.75	0.47	0.76	0.57
7.	Marceneiros e carpinteiros	1.66	1.38	1.50	1.10
8.	Eletricistas e radio tecnicos	1.37	1.79	2.07	1.76
9.	Expedidores e embaladores	0.88	0.97	1.16	1.11
10.	outras ocup. da ind. de transf.	3.44	4.71	3.57	3.04
11.	Oper. de maquinas (exceto constr. civil)	1.08	1.62	0.47	0.53
c)	Ocupacoes manuais da construcao civil				
1.	Pedreiros	2.89	2.82	2.81	2.72
2.	Serventes de pedreiros	2.11	1.41	1.25	1.07
3.	Outros trabalhadores da construcao civil	1.86	1.70	1.63	1.34
GRUPO V	OCUPACOES MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	26.00	24.93	26.63	27.21
a)	Emprego domestico remunerado	8.70	6.54	6.25	4.67
b)	Outros trabalhadores urbanos				
1.	Vendedores de jornais e ambulantes	1.93	1.76	2.68	2.34

TABELA 2

PARTICIPACAO NO TOTAL (%)

	CENSO 70	CENSO 80	PNAD 81	PNAD 90
2. Motoristas	4.08	4.06	3.68	4.33
3. Outras ocup. dos transp. e comunicacoes	1.07	1.13	1.27	1.27
4. Ocup. da reparacao de veiculos	1.78	1.51	1.64	1.80
5. Garcons e cozinheiros	0.98	1.98	2.08	2.77
6. Ocup. nos servicos de higiene pessoal	1.22	0.97	1.36	1.46
7. Porteiros, ascensoristas, vigias e serv.	4.37	5.46	5.82	6.85
8. Trabalhadores braçais sem especificacao	1.86	1.57	1.85	1.71
GRUPO VI OCUP. DA DEFESA E SEG. NACIONAL E SEG. PUBLICA	1.31	0.80	0.80	0.60
GRUPO VII OCUPACOES DO PRIMARIO	1.92	0.66	0.44	0.39
a) Tratoristas e tecnicos agricolas	0.05	0.02	-	0.01
b) Outros trab. do setor prim.	1.87	0.64	0.44	0.38
GRUPO VIII OCUPACOES NAO CLASSIFICADAS	11.37	9.72	6.47	8.04
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: CENSO 1970 e 1980; PNAD 1981 e 1990

TABELA 3

PARTICIPACAO NO CRESCIMENTO

NUMERO DE OCUPADOS

	CENSO 80/70	PNAD 90/8
GRUPO I PROPRIETARIOS	5.26	12.14
GRUPO II OCUPACOES NAO-MANUAIS QUALIFICADAS	14.47	14.53
a) Administradores, gerentes e chefes	8.36	8.36
b) Ocupacoes tecnicas, scientificas		
1. engenheiros e arquitetos	0.75	0.39
2. medicos, dent. e enfermeiros dipl.	6.60	0.54
3. Professores secundarios e superiores	0.75	2.11
4. Economistas e contadores	1.81	1.45
5. Outras ocup. tecn. e scientificas	2.20	1.67
GRUPO III OCUPACOES NAO-MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	21.59	20.26
a) Trabalhadores de escritorio e funcoes burocraticas		
1. Auxiliares de escritorio, sect. e datilografos	10.76	0.42
2. Ocupacoes burocr. de natureza espec.	1.46	4.34
b) Trabalhadores auxiliares funcoes tecnicas (nivel medio)		
1. Ocupacoes auxiliares da engenharia e arq.	0.96	0.60
2. Ocupacoes aux. da area de saude	1.27	1.32
c) Lojistas e caixas		
1. Lojistas e caixas	4.93	7.47
2. Outras ocup. do comercio	1.20	2.57
d) Professores primarios e inspetores de ensino	1.00	3.47
GRUPO IV OCUPACOES DA INDUSTRIA	28.95	10.07
a) Mestres e contra mestres	1.28	1.06
b) ocupacoes manuais da industria de transf.		
1. Torneiros mecanicos	1.14	0.28
2. mecanicos sem especializacao	2.19	0.66
3. Ocupacoes da ind. metal-mecanica	3.07	(0.09)
4. Ocupacoes da ind. textil	(0.05)	(0.06)
5. Alfaiates e costureiros	3.26	1.39
6. Outras ocup. da ind. de vest. e calçados	0.07	(0.13)
7. Marceneiros e carpinteiros	0.90	(0.35)
8. Eletricistas e radio tecnicos	2.38	0.63
9. Expedidores e embaladores	1.10	0.96
10. outras ocup. da ind. de transf.	6.51	1.09
11. Oper. de maquinas (exceto constr. civil)	2.39	0.76
c) Ocupacoes manuais da construcao civil		
1. Pedreiros	2.73	2.36
2. Serventes de pedreiros	0.42	0.43
3. Outros trabalhadores da construcao civil	1.47	0.26
GRUPO V OCUPACOES MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	23.42	29.29
a) Emprego domestico remunerado	3.48	(1.09)
b) Outros trabalhadores urbanos		
1. Vendedores de jornais e ambulantes	1.51	1.13

TABELA 3

PARTICIPACAO NO CRESCIMENTO

NUMERO DE OCUPADOS

	CENSO 80/70	PNAD 90/8
2. Motoristas	4.04	6.70
3. Outras ocup. dos transp. e comunicacoes	1.22	1.27
4. Ocup. da reparacao de veiculos	1.13	2.35
5. Garcons e cozinheiros	3.40	5.27
6. Ocup. nos servicos de higiene pessoal	0.62	1.85
7. Forteiros, ascensoristas, vigias e serv.	6.86	10.59
8. Trabalhadores braçais sem especificacao	1.16	1.22
GRUPO VI OCUP. DA DEFESA E SEG. NACIONAL E SEG. PUBLICA	0.07	(0.15)
GRUPO VII OCUPACOES DO PRIMARIO	(1.14)	0.19
a) Tratoristas e tecnicos agricolas	(0.03)	0.06
b) Outros trab. do setor prim.	(1.10)	0.13
GRUPO VIII OCUPACOES NAO CLASSIFICADAS	7.39	13.72
	100.00	100.00

Fonte: CENSO 1970 e 1980; PNAD 1981 e 1990

TABELA 4

TAXA DE CRESCIMENTO

NUMERO DE OCUPADOS

	CENSO 80/70	PNAD 90/8
GRUPO I PROPRIETARIOS	71.68	57.84
GRUPO II OCUPACOES NAO-MANUAIS QUALIFICADAS	135.57	36.33
a) Administradores, gerentes e chefes	200.05	42.49
b) Ocupacoes tecnicas, cientificas		
1. engenheiros e arquitetos	112.54	15.16
2. medicos, dent. e enfermeiros dipl.	93.12	21.36
3. Professores secundarios e superiores	96.95	75.68
4. Economistas e contadores	101.00	28.02
5. Outras ocup. tecn. e cientificas	84.03	23.15
GRUPO III OCUPACOES NAO-MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	78.71	25.32
a) Trabalhadores de escritorio e funcoes burocraticas		
1. Auxiliares de escritorio, sect. e datilografos	86.29	1.13
2. Ocupacoes burocr. de natureza espec.	138.81	65.51
b) Trabalhadores auxiliares funcoes tecnicas (nivel medio)		
1. Ocupacoes auxiliares da engenharia e arq	133.63	24.87
2. Ocupacoes aux. da area de saude	105.10	37.51
c) Lojistas e caixas		
1. Lojistas e caixas	76.56	42.63
2. Outras ocup. do comercio	39.33	33.17
d) Professores primarios e inspetores de ensino	41.58	74.79
GRUPO IV OCUPACOES DA INDUSTRIA	74.48	10.35
a) Mestres e contramestres	150.61	73.92
b) ocupacoes manuais da industria de transf.		
1. Torneiros mecanicos	73.51	7.87
2. Mecanicos sem especializacao	57.57	7.73
3. Ocupacoes da ind. metal-mecanica	107.56	(0.95)
4. Ocupacoes da ind. textil	(1.52)	(1.33)
5. Alfaiates e costureiros	82.49	10.32
6. Outras ocup. da ind. de vest. e calçados	6.48	(4.68)
7. Marceneiros e carpinteiros	41.39	(6.43)
8. Eletricistas e radio tecnicos	122.65	8.36
9. Expedidores e embaladores	88.03	22.90
10. outras ocup. da ind. de transf.	133.20	8.42
11. Oper. de maquinas (exceto constr. civil)	155.07	44.97
c) Ocupacoes manuais da construcao civil		
1. Pedreiros	66.62	23.37
2. Serventes de pedreiros	14.16	9.52
3. Outros trabalhadores da construcao civil	55.76	4.37
GRUPO V OCUPACOES MANUAIS DE MENOR QUALIFICACAO	63.47	30.33
a) Emprego domestico remunerado	28.15	(4.80)
b) Outros trabalhadores urbanos		
1. Vendedores de jornais e ambulantes	55.15	11.60

TABELA 4

TAXA DE CRESCIMENTO

NUMERO DE OCUPADOS

	CENSO 80/70	PNAD 90/8
2. Motoristas	69.72	50.17
3. Outras ocup. dos transp. e comunicacoes	80.74	27.73
4. Ocup. da reparacao de veiculos	44.96	39.52
5. Garcons e cozinheiros	243.11	69.71
6. Ocup. nos servicos de higiene pessoal	35.77	37.51
7. Porteiros, ascensoristas, vigias e serv.	110.57	50.18
8. Trabalhadores braçais sem especificacao	43.88	18.25
GRUPO VI OCUP. DA DEFESA E SEG. NACIONAL E SEG. PUBLICA	3.71	(4.98)
GRUPO VII OCUPACOES DO PRIMARIO	(41.74)	12.00
a) Tratoristas e tecnicos agricolas	(44.00)	-
b) Outros trab. do setor prim.	(41.67)	8.00
GRUPO VIII OCUPACOES NAO CLASSIFICADAS	45.77	58.48
	431.65	225.67

Fonte: CENSO 1970 e 1980; PNAD 1981 e 1990

TABELA 5

RENDA MEDIA E PROPORCAO DA RENDA APROPRIADA
SEGUNDO DECIS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA
RNSF
1981/1989

DECIL	RENDA TOTAL MEDIA			RENDA APROPRIADA			RFPC MEDIA		
	(1)			(2)			(3)		
	1981	1989	VARIACAO %	1981	1989	VARIACAO %	1981	1989	VARIACAO %
1	14,797.49	11,024.29	(25.03)	2.20	1.60	(27.27)	3,023.47	2,540.21	(15.98)
2	23,777.03	18,273.56	(23.15)	3.53	2.63	(25.50)	5,296.37	4,456.25	(15.86)
3	31,291.70	23,684.67	(24.31)	4.65	3.41	(26.67)	6,995.20	6,207.50	(11.26)
4	36,728.16	36,975.97	(15.66)	5.46	4.46	(18.32)	8,901.38	8,043.06	(9.64)
5	41,727.38	39,313.88	(5.78)	6.20	5.66	(8.71)	10,959.33	10,330.58	(5.74)
6	51,085.55	49,305.66	(3.48)	7.59	7.10	(6.46)	13,751.10	13,354.31	(2.89)
7	62,837.94	57,949.91	(7.78)	9.34	8.34	(10.71)	17,533.55	17,300.35	(0.63)
8	77,631.13	75,834.85	(2.31)	11.54	10.91	(5.46)	23,334.77	23,816.76	2.07
9	111,946.51	115,224.24	2.93	16.64	16.58	(0.36)	34,755.57	36,500.69	5.02
10	225,834.94	272,504.09	20.99	32.86	39.31	19.63	86,314.52	111,684.31	29.39
TOTAL	67,422.28	69,463.70	3.03	100.00	100.00		20,968.64	23,452.94	11.85

Fonte: PNADs 1981 e 1989

Notas: (1) Renda familiar total media, em cruzeiros de 1981.

(2) Proposicao da renda familiar metropolitana apropriada por cada decil.

(3) Renda familiar per capita media, em cruzeiros de 1981.

Conclusão

O comportamento do emprego na década de 80 se contrapõe em todos os aspectos ao verificado na década de 70. A década de 80 foi marcada pela instabilidade econômica que alternava períodos de estagnação e retomada da atividade. Esse período marcou de forma peculiar a evolução do mercado de trabalho, alterando a trajetória de consolidação das relações de trabalho iniciada no pós-guerra. A crise que se inicia com o rompimento do padrão de desenvolvimento vigente na década de** 70, imprimiu a marca de precarização do mercado de trabalho e deteriorização das oportunidades ocupacionais, marginalizando grandes segmentos da sociedade que não possuem os requisitos educacionais exigidos para atender as novas necessidades colocadas pela reestruturação das empresas. Desta forma, esgota-se o mecanismo de incorporação crescente da população ao mercado de trabalho, tanto pela crise, que rompe com o antigo padrão de crescimento, como pelas novas exigências colocadas ao mercado de trabalho, que altera a lógica de incorporação vigente na década de 70.

Dizer que o mercado de trabalho teve sua lógica de incorporação alterada como saldo desta década instável, não explicita os problemas sociais impostos por este processo. A junção de crise e reestruturação produtiva impõe um ajuste perverso sobre o mercado de trabalho, pois, ao mesmo tempo

que os requisitos educacionais para a inserção neste se alteram, a capacidade da sociedade para se adaptar a esse novo cenário apresenta-se comprometida, devido à falência do Estado enquanto formulador de políticas sociais.

As políticas públicas têm um papel fundamental no sentido de democratizar o acesso ao mercado de trabalho, através da criação de mecanismos que permitam o acesso da população à uma formação educacional de bom nível, e a políticas sociais compensatórias. A incapacidade do Estado em prover a satisfação de tais necessidades, se deve, tanto pela falta de planejamento para a implementação de uma política industrial adaptada às disponibilidades de fatores produtivos presentes no país, quanto pelo esgotamento da capacidade de se financiar. Com isso forma-se um círculo vicioso de crise e ineficiência no arrefecimento de tais efeitos.

As transformações produtivas ocorridas ao longo da década trouxeram consigo o discurso neo-liberal, que surge colado ao novo padrão nos países centrais. A reverência às leis de mercado surgem do embate entre as novas necessidades para a reprodução do capital e a tentativa de por fim as políticas de welfare state, desenvolvidas com o padrão fordista. O novo padrão pressiona por uma redução da intervenção estatal, tanto para possibilitar a abertura de novos espaços para a valorização do capital, através da privatização dos monopólios estatais (serviços ou produtos),

ou para desimpedir qualquer forma de controle ao livre fluxo de divisas e produtos.

O Brasil, pelas próprias especificidades históricas do seu desenvolvimento industrial, se encontra distante dos problemas colocados nos países centrais, onde este novo padrão se encontra mais amadurecido. A adoção de medidas liberalizantes tende a agudizar a marginalização da população dos canais para se inserir na parcela organizada da economia, pois os mecanismos do mercado colocam sob concorrência indivíduos com possibilidades de formação profissional desiguais.

A dinâmica do novo padrão expõe os indivíduos à uma concorrência desigual, não somente pelos requisitos liberalizantes, mas também pela segmentação cada vez maior das ocupações, diminuindo o poder de organização dos trabalhadores e, conseqüentemente, do seu poder de barganha. A terceirização colabora neste processo, como foi visto, por deslocar postos de trabalho do âmbito da indústria para o setor de serviços, ou fragmentando as linhas de produção no caso da externalização de produtos e processos. Com isso, aumenta a dificuldade de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e de fazer valer as conquistas dos trabalhadores, contribuindo para o quadro de precarização das relações de trabalho.

Enfim, o saldo da década foi influenciado pelas modificações na forma de controle da mão-de-obra, que encontra na precarização do emprego seu traço mais geral. A

década de 80 reverteu uma tendência de estruturação do mercado de trabalho, deixando marcas difíceis de serem contornadas, principalmente no caso de um grande aglomerado urbano como a Grande São Paulo, onde os traços da desigualdade social tendem a se agravar

Bibliografia

ARAÚJO, A. R. F. (1991), "Desenvolvimento econômico e modificações na estrutura ocupacional: o interior paulista 1970/1980".

ARAÚJO, M. de F. I. & PACHECO, C. A. (1992), "A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80", in São Paulo no limiar do século XXI, Cenários da urbanização Paulista - A região administrativa da Grande São Paulo, SFG/SEADE, São Paulo, 1992, vol.6.

BALTAR, P. E. A. (1988), "Evolução demográfica, emprego e demandas sociais no Brasil". Campinas, mimeo.

CANO, W. (coord.) (1988), "A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)", Coleção Economia Paulista, SEADE, vol. 3.

CEPAL (1986), "La transformación socio-ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los 80". Santiago, 1986, mimeo.

COUTINHO, L. (1992), "A terceira revolução industrial e tecnológica", in "Economia e Sociedade", revista do Instituto de Economia da UNICAMP, No.1, agosto de 1992, Campinas.

DEDECCA, C. S. & MONTAGNER F. (1993), Texto para discussão No.29: "flexibilidade produtiva e das relações de trabalho. Considerações sobre o caso brasileiro", IE UNICAMP, Campinas.

FOGAÇA, A. & SALM, D. (1992), "Modernização industrial e a questão dos recursos humanos", in "Economia e Sociedade", revista do Instituto de Economia da UNICAMP, No.1, agosto de 1992, Campinas.

GOTTDIENER, M. (1990), "A teoria da crise e reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos", in: "Reestruturação urbana tendências e desafios", IUPERJ, Rio de Janeiro.

NEGRI, Barjas & PACHECO, C. A. (1993), "Mudanças tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista", convênio SCTDE/fecamp, NEIT/IE/UNICAMP, Relatório final, mimeo, Campinas.

NESUR (1992), Projeto: "Imigração, emprego e projeções demográficas para o Estado de São Paulo: pesquisa regional por amostra domiciliar", documento de trabalho número 1, Campinas.

NESUR (1993), Pesquisa: "Distribuição de renda, salários e emprego nos anos 80", Campinas.

PACHECO, C. A. (1988), "Urbanização e alteração na estrutura ocupacional: uma avaliação preliminar das transformações nas cidades médias paulistas entre 1970 e 1980". In: Anais do VI encontro nacional da ABEP, V. 2.

PACHECO, C. A. (1992), "A terceirização dos 80s: de tudo um pouco", in São Paulo em perspectiva, SEADE, Vol. 6, No.3, S.Paulo, jul/set 1992.

PACHECO, C. A. (1992), "Urbanização e reprodução social: marginalidade e precarização das estruturas sociais no desenvolvimento urbano brasileiro", Convênio SPG/FECAMP, mimeo, Campinas.

PACHECO, C. A. (1992), Relatório de pesquisa: "Os aglomerados urbanos de São Paulo: as novas realidades demográficas e ocupacionais da urbanização paulista - (terciarização e precarização da estrutura ocupacional nos anos 80)", Convênio SPG/FECAMP, NESUR, Campinas.

SINDICATO dos METALÚRGICOS do ABC (1993), "Os trabalhadores e a terceirização: diagnósticos e propostas dos metalúrgicos do ABC", São Bernardo do Campo e Santo André.

SOUZA, Maria Carolina A. F. (1992), "Cooperação interempresas e difusão de inovações organizacionais", convênio STDE/FECAMP, NEIT/IE/UNICAMP, Relatório parcial, Campinas.

VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. (coords.) (1990), "Reestruturação urbana tendências e desafios", IUPERJ, Rio de Janeiro.

YOGUEL, G. & KANTIS, H. (1990), "Reestructuration industrial y eslabonamientos productivos: El rol de las pequeñas y medianas firmas subcontratistas, Buenos Aires, CEPAL.